

## **OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL Nº083**

Período: de 31/05/03 a 06/06/03

Franca – Brasil

- 1 - Homem é preso com materiais do Exército
- 2 - Ruralistas querem atuação do Exército para impedir invasão do MST
- 3 - Brasil não cumpre normas das Nações Unidas para combater terrorismo
- 4 - Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e chefe da Polícia Civil defendem atuação das Forças Armadas no combate ao tráfico de drogas; coluna defende organização civil (com elementos do Exército) contra a violência
- 5 - Perseguidos políticos anistiados aceitam redução de seus benefícios
- 6 - Ministro defende participação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em escutas telefônicas

### Homem é preso com materiais do Exército

Carlos Brito da Silva foi detido em flagrante portando três *shorts*, dez calças camufladas, uma jaqueta, cinco camisetas e três capas de propriedade do Exército brasileiro; a apreensão foi feita em Santíssimo, após a informação ter sido recebida pelo Disque-Denúncia. (O Globo – Rio – 31/05/03)

### Ruralistas querem atuação do Exército para impedir invasão do MST

Ruralistas do Paraná estão reivindicando a presença do Exército para impedir a ocupação promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no município de Manoel Ribas, no Estado do Paraná, segundo a *Folha de S. Paulo*. A fazenda Três Marias está ocupada há quase um mês e os ruralistas acusam a Polícia Militar de permitir a entrada dos sem-terra. Há 1800 integrantes do MST no local e a separação entre estes e os ruralistas está sendo feita por 80 homens da Polícia Militar. *O Globo* informou também que em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, uma passeata realizada no dia 30 de maio - com a presença de 1500 integrantes do MST e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e 1500 integrantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) -, foi acompanhada de perto por agente de trânsito e soldados da Brigada Militar. Os manifestantes pediam urgência na realização da reforma agrária e a revisão das propostas da reforma da previdência. (Folha de S. Paulo – Brasil – 31/05/03; O Globo – O País – 31/05/03)

### Brasil não cumpre normas das Nações Unidas para combater terrorismo

Três, das doze convenções obrigatórias de combate ao terrorismo, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), ainda não foram devidamente implementadas no Brasil, segundo a *Folha de S. Paulo*. A Convenção Internacional para Supressão do Financiamento ao Terrorismo, adotada pela Assembléia Geral da ONU em dezembro de 1999, a Convenção para a Supressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Navegação Marítima e o Protocolo para a Supressão de Atos Ilícitos contra Plataformas Continentais, de março de 1988, precisam ser ratificadas pela Câmara dos Deputados para que haja a possibilidade de serem convertidas em leis. As demais convenções já foram apreciadas pela Câmara e devem se tornar lei em breve. Essas medidas integram a resolução 1373 da ONU, adotada no dia 28 de setembro

de 2001, e responsável pela criação do Comitê Contra-Terrorismo da ONU (CCT). O CCT tem como principal função monitorar os países na implementação da resolução 1373 e fornecer informações para que os mecanismos necessários à implementação das convenções possam ser desenvolvidos. Adrienne Senna, integrante do CCT, declarou ao jornal que a demora na adoção das medidas pode levar o Conselho de Segurança da ONU a exigir explicações constantes do Brasil, criando uma situação de constrangimento. Apesar disso, o fato de a legislação ser recente dificulta a imposição de sanções aos países que não a cumpre. Senna, que já pertenceu ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Fazenda, considera que há maior urgência na condenação do financiamento ao terrorismo, uma vez que a ação envolve recursos pecuniários e questões jurídicas como o asilo político. A partir da análise dos relatórios sobre o combate ao terrorismo na Argentina e no Paraguai, ela também alerta para a lacuna legal sobre a Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, que o governo americano apontou como foco de financiamento de terroristas. De acordo com Senna, os mecanismos de repressão à lavagem de dinheiro – que afetam diretamente o financiamento ao terrorismo - estão em estágio mais atrasado nos dois países do que no Brasil. (Folha de S. Paulo – Mundo – 01/06/03)

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e chefe da Polícia Civil defendem atuação das Forças Armadas no combate ao tráfico de drogas; coluna defende organização civil (com elementos do Exército) contra a violência

De acordo com *O Globo*, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Rio (OAB-RJ) declarou que é necessária uma forte integração entre os serviços de inteligência das polícias Militar, Civil e Federal “e até das Forças Armadas” para combater a violência promovida pelos traficantes de drogas no Brasil. A declaração foi por ocasião do aniversário de um ano da morte do jornalista Tim Lopes, que investigava a atuação de traficantes e foi torturado e morto no ano passado. Além disso, conforme informações do *Jornal do Brasil*, o chefe da Polícia Civil, delegado Álvaro Lins, também se mostrou favorável à atuação das Forças Armadas no combate à violência em seu discurso durante a cerimônia de reinauguração da Delegacia de Meio Ambiente, em São Cristóvão, Estado do Rio de Janeiro. Lins disse que o Estado “vive uma guerra que não vai acabar”, enquanto as Forças Armadas “estão preparadas para uma guerra que nunca vai acontecer”. O delegado disse ser a favor do uso das Forças Armadas nas questões de inteligência no combate à criminalidade e em investigações relacionadas ao tráfico de drogas e de armas, mas não no policiamento de ruas. Disse, ainda, que segurança pública não é uma questão que só depende da polícia. O editorial do “Segundo Caderno” do jornal *O Globo* do dia 03 declarou que uma possível solução para a situação grave de segurança pública da cidade do Rio de Janeiro seria uma grande Organização Civil que contasse com “líderes de comunidades carentes, urbanistas, intelectuais dentro e fora da academia, artistas, representantes da indústria, comércio, da polícia, do Exército, sociólogos, lideranças da mídia (...)”.(O Globo – Rio – 02/06/03; O Globo – Segundo Caderno – 03/06/03; Jornal do Brasil – Rio - 06/06/03)

### Perseguidos políticos anistiados aceitam redução de seus benefícios.

Anistiados do regime militar (1964-1985) que conquistaram indenizações aceitam que o valor das mesmas seja reduzido, uma vez que ainda não as receberam por falta de verba governamental. A comissão de Anistia será reunida por seu presidente, Marcelo Lavenère ainda esta semana e conta com a participação de representantes de militares e de trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada. (O Globo – O País – 03/06/03)

### Ministro defende participação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em escutas telefônicas

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Félix, defendeu neste dia 05, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) dispusesse de escutas telefônicas com autorização legal como instrumento para realizar sua tarefa de coleta de dados para municiar o governo federal. “Queremos abrir essa discussão com a sociedade e com a resposta obtida com essa discussão teremos maior respaldo para propor mudanças na legislação”, disse o general ao explicar que esta permissão de escuta só seria possível com a aprovação, pelo Congresso, de uma emenda constitucional. O ministro disse ter levado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva as dificuldades que a Abin enfrenta para o desenvolvimento do seu trabalho de obtenção de informações para o governo. A resposta do presidente é que isto não pode ser resolvido “num estalar de dedos” e que é preciso haver consentimento da sociedade em geral. O general falou também sobre a aprovação pelo Congresso de um plano de carreira de Estado para os funcionários da Abin, já que o efetivo da agência é restrito. Ainda, segundo o ministro, há que se considerar a vulnerabilidade dos sistemas de comunicação no Brasil, por causa da carência de tecnologia, por exemplo, na área de criptografia. “O País precisa investir nessa área”, declarou ele a um deputado que o inquiriu sobre a possibilidade dos funcionários estrangeiros que detém o conhecimento da montagem do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) acessarem os dados brasileiros. “Quando a tecnologia não é nossa, naturalmente existe este risco”, observou. (Correio Braziliense - Política – 06/06/03)

### **Sites de Referência:**

Correio Braziliense: [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S.Paulo: [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

Jornal do Brasil: [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo: [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

O Globo: [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

**Informe Brasil** é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista Fapesp, Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira e Leonardo D'Allevodove, bolsistas CNPq/Pibiq, e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.